

Mais recursos para compra de casa própria

Equipe econômica prepara pacote que será entregue a Meirelles. Transição já começou

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
MARTHA BECK
marthavb@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - A equipe econômica está fechando um pacote de medidas para estimular a economia, que já vinham sendo discutidas, a ser entregue ao novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, num eventual governo Temer. Na prática, são ações que retiram travas ao crédito, sobretudo o imobiliário, diante da escassez dos recursos da poupança — principal fonte do setor. A ideia é autorizar os bancos a usarem 5% das captações da caderneta (entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões) em empréstimos habitacionais fora do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), usando novos indexadores, como Taxa Selic (14,25% ao ano) e índices de preços (IPCA, INPC e IGP), que estão entre 9% e 10% ao ano. Hoje, só é permitido aplicar a TR (Taxa Referencial), mais juros limitados a 12% ao ano.

A sangria na poupança continua: em abril, as retiradas superaram os depósitos em R\$ 6,304 bilhões, considerando só o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, voltado aos imóveis urbanos. Incluindo a rural, as perdas são de R\$ 32,296 bilhões no ano — o pior resultado desde 1995.

Ao substituir a TR por outros indexadores, explicou um técnico da área econômica, o banco consegue transformar a dívida imobiliária, que é de longo prazo, de até 30 anos, em títulos negociados no mercado. É a chamada securitização do crédito. Dessa forma, o banco consegue antecipar o recurso emprestado em prazo relativamente curto (seis meses). Ele explicou que a instituição financeira poderá usar uma fonte de recursos mais barata (poupança), montar uma carteira e vender esses títulos no mercado, em um efeito multiplicador. O objetivo é antecipar a uma melhora na economia, diante da possibilidade de a taxa de juros

começar a cair este ano, bem como a inflação.

Estão previstas também ações para facilitar financiamentos para veículos, pequenas empresas, varejo e comercialização de créditos tributários. Para isso, a equipe econômica estuda reduzir a exigência de capital das instituições financeiras, chamado de Fator de Ponderação do Risco (FPR), para todas as operações com prazos mais longos.

CLIENTES DE RENDA ALTA NA MIRA

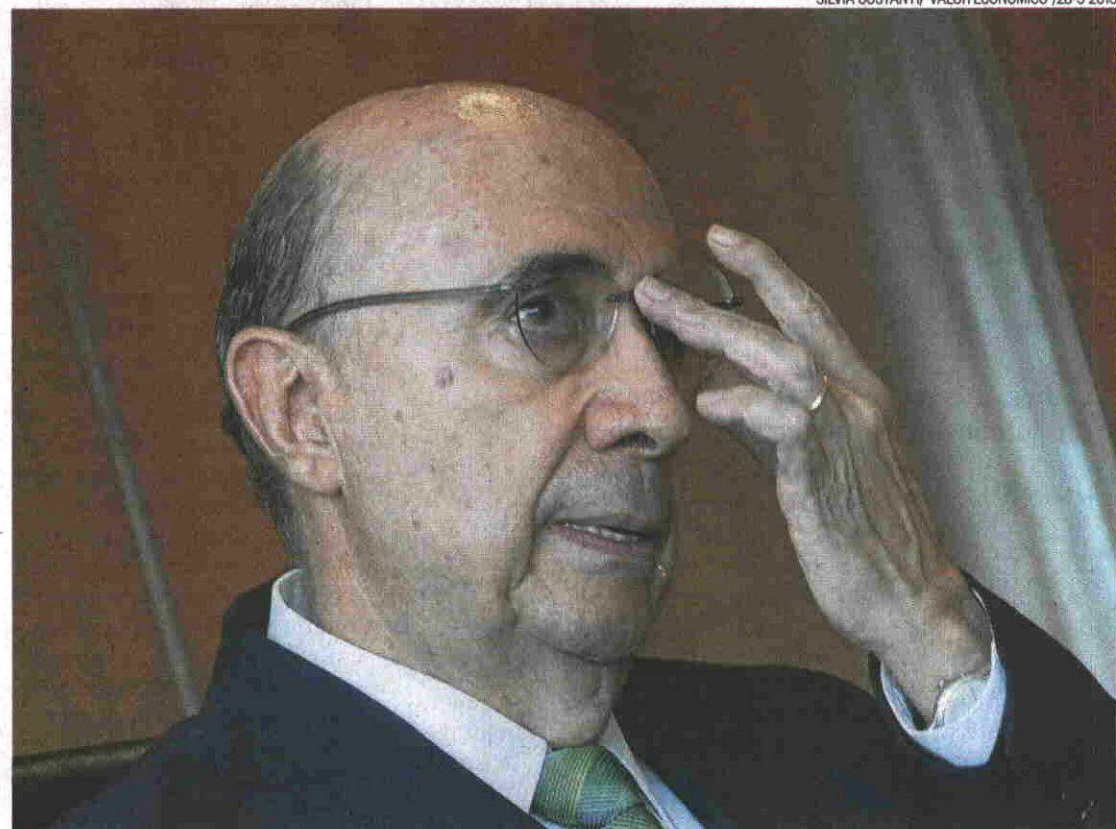
No caso dos financiamentos habitacionais, o alvo seriam clientes de renda alta, dispostos a comprar imóveis que superem os R\$ 750 mil fixados no SFH (formado por poupança e FGTS). Com a escassez dos recursos da caderneta, os bancos têm recorrido a fundos como os das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) juntamente com a poupança, mas os juros acabam ficando acima de 13% ao ano, durante 30 anos. Substituindo a TR, técnicos estimam que a taxa ficaria em 6% ao ano, mais um índice de preços.

Para especialistas, a medida é positiva para os agentes e investidores, que buscam proteção para aplicações de longo prazo e também para os mutuários, em um ambiente econômico mais favorável.

— A medida desamarra o crédito habitacional. Será uma alternativa aos recursos da poupança, cada vez mais restritos — disse o consultor José Urbano, que foi vice-presidente de Habitação da Caixa.

Discretamente, a equipe do vice-presidente Michel Temer começou a fazer a transição na área econômica. Enquanto não termina o processo no Senado do afastamento da presidente Dilma Rousseff, o escolhido para comandar o Ministério do Planejamento caso Temer assuma, senador Romero Jucá (PMDB-RR), tem conversado tanto com a atual equipe do Planejamento quanto da Fazenda. Jucá tem recebido balanços do trabalho e tem ouvido alertas do que precisa ser resolvido rapidamente, como a mudança da meta fiscal deste ano.

O ex-presidente do Banco Central Henrique Mei-



Metas realistas. Meirelles, ministro da Fazenda se Temer assumir: "Encontro com a realidade das contas públicas"

relles tem mantido distância. Ele conseguiu convencer o vice de que deve ser o principal porta-voz sobre a forma condução da economia, mas não tem conversado com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Jucá é quem faz essa interlocução, pois transita bem na equipe econômica de Dilma. Meirelles e Jucá passarão o fim de semana reunidos com o vice para fechar as primeiras ações, se o Senado confirmar o afastamento de Dilma. A mudança da meta fiscal e a desvinculação do orçamento são os itens mais urgentes.

No Banco Central, a transição será mais lenta. O escolhido precisa ser sabatinado no Congresso. Assim, Alexandre Tombini ainda ficaria no cargo por mais tempo até que o processo de troca seja concluído. A diretoria do banco também não precisa ser mudada logo. Trocas de diretores em momento delicado poderia provocar paralisa.

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 em vigor, o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) precisa economizar (antes do pagamento de juros da dívida pública) R\$ 24 bilhões, ou 0,39% do Produto Interno Bruto (PIB). Já foi encaminhado ao Congresso pedido para que seja possível abater do resultado a frustração de receitas e gastos com setores estratégicos. O resultado do ano poderia virar déficit de R\$ 96,6 bilhões, ou 1,55% do PIB.

A avaliação da equipe de Temer é que os números são ruins, mas realistas, e o projeto poderia ser mantido como foi enviado. Pode haver apoio à proposta de Barbosa de um teto para os gastos públicos, algo defendido abertamente por Meirelles, que já foi encaminhada ao Congresso. Caso o teto seja descumprido, haveria cláusulas automáticas de contenção de despesas como suspensão de reajustes de servidores e até do aumento real do salário mínimo. ●

Colaborou Junia Gama

CONTROLE DA DÍVIDA

PRIMEIRO PASSO É ADOTAR METAS CRÍVEIS, DIZ MEIRELLES

BRASÍLIA - Escalado como ministro da Fazenda num possível governo Michel Temer, o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles deu entrevista ao Jornal Nacional ontem. Com uma narrativa que agrada a investidores e ao mercado financeiro, num discurso de austeridade fiscal e confiabilidade, ele disse que a nova equipe econômica tem de ter metas realistas, que serão cumpridas para controlar a escalada da dívida pública do país.

Segundo o Jornal Nacional, Meirelles disse que o primeiro passo do possível novo governo tem de ser um encontro com a realidade das contas públicas. Ele detalhou a prioridade.

— Metas realistas, críveis, que serão cumpridas. Isso é muito importante. Todos, cada vez mais, têm de ficar confiantes que o que é sinalizado ou o que é declarado como meta é cumprido — frisou o economista.

De acordo com a reportagem, Meirelles avalia que o principal desafio será reverter a expectativa sobre a trajetória do crescimento da dívida pública.

— Mostrar claramente que as medidas que estão sendo propostas e que serão aprovadas, muito provavelmente, pelo Congresso, à medida que sejam (aprovadas), vão permitir que a trajetória da dívida pública brasileira seja sustentável e os efeitos, mais rápidos. De maneira que o risco possa ter reação bem rápida. O investimento e a confiança possam voltar com tempo suficiente para a economia reagir rapidamente — afirmou.